

Eixo: Práticas educativas na EJA em diferentes contextos

Palavras-chave: EJA. Prática Educativa. Estágio Supervisionado. Ensino Superior.

Introdução:

Relato de experiência vivenciada no estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade do Tocantins- UNITINS, em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, no ano de 2011. Cujo objetivo é descrever sobre a EJA no ensino superior como educação continuada e a prática educativa no contexto de estágio supervisionado para a conclusão do curso. Destaca a história de vida do estudante e o contexto histórico das instituições envolvidas. Como resultado, verificou-se a EJA no ensino superior como uma educação ampliada e considera-se a relevância da pesquisa sobre a temática.

Metodologia

O relato utiliza a memória, como recurso metodológico, e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa. Sob o aporte teórico de Halbwachs (1968), Di Pierro (2015, 2017), Miguel Arroyo (2008), Araújo e Castro (2017) e Cunha (2013). A EJA, no ensino superior, e sua prática educativa, no contexto de estágio supervisionado, se efetivou no horário oposto a jornada de trabalho das estudante/estagiárias, atuantes na área da saúde como técnicas de enfermagem do Hospital Geral de Vitória da Conquista. Em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no serviço social.

Compreendendo a educação como ato contínuo e integral, a proposta do projeto de intervenção do estágio supervisionado se baseou na realidade e conhecimento adquirido por meio do trabalho. A saber: mobilizar os estudantes da UESB advindos de outros municípios à realizarem o cadastro, ou transferência, do cartão SUS no município de Vitória da Conquista.

¹ *Rosilda de Sousa Coutinho Vaz*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB E-mail: rosildavaz77@gmail.com

² *Maria Eloneide Pacífico Caracas* Fundação Universidade do Tocantins -UNITINS Email: elocaracas@hotmail.com

A execução do projeto de intervenção de estágio se deu por meio da sensibilização, através de palestras, abordagens individuais e da distribuição de cartilhas. Com o objetivo de difundir informações acerca da Rede SUS do município e garantir o direito de acesso e atendimento, prevenindo doenças e promovendo a saúde dos estudantes. Atendendo as demandas da agenda internacional, o tripé: assistência, saúde e educação, conforme Di Pierro (2015). Em consonância ao pensamento de Cunha:

A aprendizagem ao longo da vida requer a compreensão de que os processos de alfabetização e escolarização sejam amplos, menos pontuais e mais dinâmicos, e que incorporem, para além de certificações, metodologias e práticas que situem jovens e adultos em um contexto macro de sociedade. (Cunha Junior, 2013)

Análise dos resultados:

Segundo Di Pierro (2017), historicamente a educação de jovens e adultos “engloba práticas formativas diversas”, para além da alfabetização ou para condições sociais. Entretanto, na realidade brasileira, basicamente pelas condições socioeconômicas:

A educação de jovens e adultos é delimitada não só por critérios de idade ou geração, mas também- e principalmente- pelas condições socioeconômicas desfavoráveis às quais se associam o analfabetismo, a baixa escolaridade ou a insuficiente formação profissional. (Di Pierro, 2017, p. 11)

Assim, a partir da observação da realidade social desses jovens e adultos -sujeitos e protagonistas do seu tempo, Arroyo afirma que “à memória das últimas quatro décadas, nos chama para o presente: a realidade dos jovens e adultos excluídos” (2008, p. 221).

De acordo com o conceito ampliado da EJA, descrito no Artigo 3.º da declaração de Hamburgo sobre Educação da UNESCO (Alemanha, 1997), a educação inclusiva e continuada se configurou no Brasil por meio da Política Pública de Expansão da Educação somada a Política Pública da Educação de Jovens e Adultos na Educação Superior.

As instituições de ensino superior se engajaram ativamente na provisão de formação técnico-profissional continuada, inclusive nas modalidades virtuais, abertas e a distância. (Di Pierro 2017, p. 20).

Concretizada com a parceria pública-privada, as PPPs na modalidade EaD e materializada na Lei n.º 11.079/2004, as PPPs caracterizaram a publicitação dos serviços não exclusivos do Estado. Afirma Araujo e Castro:

O Estado do Tocantins utiliza da EaD como estratégia para atender às suas demandas por educação superior a qual foi ofertada por meio da celebração da parceria público-privado (PPP) a partir do ano 2000 a 2009 entre a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) e a Sociedade Civil de Educação Continuada LTDA, (EDUCON/EADCON) para o oferecimento de cursos de graduação. (Araújo e Castro, 2017, p.172)

Entretanto, devido as denúncias da esfera pública e privada, do Conselho Federal de Serviço Social e de seus estudantes, através da Portaria n.º44 de 18 de agosto de 2009 em conformidade com a Lei, o MEC descredencia a UNITINS.

A UNITINS estava obrigada a continuar o curso com os estudantes até que todo o processo de formação fosse concluído. Como desdobramento desses fatores em decorrência de não haver sanado dos problemas identificados, o MEC emitiu a Portaria n.º 44, de 18 de agosto de 2009 (BRASIL,2009), descredenciando a UNITINS para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.(Araújo e Castro,2017, p.191).

Nesse contexto, a UNITINS solicitou a parceria com a UESB. E, a prática educativa de estagio supervisionado foi desenvolvida no então, recém criado, setor do Programa de Assistência Estudantil PRAE -UESB, ora alicerçada nas Políticas Afirmativas. Confirmando assim que, “ nossas lembranças permanecem coletivas “(Halbwachs 1968, p. 28).

Considerações Finais

O relato de experiência descreveu acerca da EJA no ensino superior como educação continuada, e a prática educativa no contexto do estágio supervisionado para a conclusão do curso, rememorando uma vivência. Como resultado, verificou-se a EJA como educação ampliada, para além da realidade do estudante e seu contexto sócio econômico.

Referências

ARAÚJO, Natanael da Vera-Cruz Gonçalves; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **As parcerias público-privadas na expansão da educação superior: uma análise da parceria entre a UNITINS e a EADCON.** In NUNES, Claudio Pinto (org). **POLÍTICAS EDUCACIONAIS e PROGRAMAS DE GOVERNO**-aproximações e contradições. Vitória da Conquista-Bahia: Edições UESB, 2017.p.171 – 196.

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão.** In: UNESCO. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. 2ed. Brasília: UNESCO, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Adenilson S. ARAÚJO. Maria Inês O. de. **O lugar da aprendizagem ao longo da vida nas políticas públicas para a educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.** v. 1 n. 2 (2013).

DI PIERRO, Maria Clara. **Tradições e concepções de Educação de Jovens e Adultos.** In: CATELLI JÚNIOR (org.) Formação e Práticas na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional.** Cad. CEDES [online]. 2015, vol.35, n.96, pp.197 – 217.

HALBWACHS, M.A. **Memória Coletiva.** Traduzido do original francês. 2.ª ed. Paris — França, 1968.